

Fatima Maria Leitão Araújo*

Luzes da instrução para o Brasil rural dos anos de 1930

RESUMO: O presente artigo analisa o percurso das idéias, projetos e políticas concernentes à educação rural no Brasil dos anos de 1930, dando-se ênfase ao nacionalismo e ruralismo pedagógico enquanto idéias fulcrais na definição dos rumos da educação para o meio rural brasileiro de então. A realidade cearense é destacada nessa reflexão teórica, haja vista o seu pioneirismo no que se refere à criação de uma escola normal rural em 1934, fruto da comoção patriótica que contaminava a sociedade de então e como prova incontestada da concretização dos anseios nacionalistas e ruralistas que focava a necessidade de interiorizar a *luz da instrução*, como forma de elevar cultural, espiritual e patrioticamente as populações camponesas. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de fontes documental e hemerográfica.

Palavras-chave:
Instrução pública,
educação rural,
nacionalismo,
ruralismo
pedagógico, escola
normal rural.

O Brasil, no adentrar do século XX, apresenta significativo aumento da população urbana, fenômeno já observado na última dezena do século anterior. A concentração urbana verificada durante a Primeira República resultará em mudanças sociais de grande significação para a sociedade da época. Para Jorge Nagle (2001, p.39):

O urbanismo e suas concomitantes mudanças socioculturais vão fornecer novas perspectivas para pensar o “novo Brasil”, desligado das componentes do mito fisiocrata. O deslumbramento com os novos engenhos humanos produzido pela ciência e pela tecnologia, que constituem os novos valores introduzidos pelo ambiente citadino, dá origem, tanto ao otimismo com que se

antecipa a futura civilização brasileira, como vai apurar os quadros do pensamento social. À medida que a difusão dos novos valores urbanos se processa, desenvolve-se mais uma ideologia para conservar e justificar o status quo. Trata-se do ruralismo.

O ruralismo ganha espaço na sociedade brasileira de então, caracterizando-se por ser uma ideologia que pregava e se fazia a partir da aversão ao industrialismo e ao urbanismo. Originário do domínio coronelista, o ruralismo sustentava-se em idéias que contrapunham os mundos campestre e citadino. Tal visão situava a vida campestre como *locus* ideal para a formação de homens perfeitos nos aspectos físico, moral e social. Nesse sentido, o ruralismo fundamentava-se, primordialmente:

...na exaltação das vantagens “naturais” da vida rural, difunde uma atitude pessimista, que encobre interesses contrariados pelo meio citadino. Este é acusado de artificial, destruidor da solidariedade “natural” do homem. Por isso o urbanismo é tido como um processo de degeneração e desintegração social; com ele se inicia o declínio da civilização. (NAGLE, 2001, p. 40)

A despeito do confronto e da acirrada dicotomia entre os setores agrário-exportador e o urbano-industrial, a República Velha perseguia o intuito de inserir o Brasil na Modernidade do século XX. Para tanto, fazia-se urgente a escolarização de seu povo, já que pela instrução se formaria o cidadão moral e civicamente, preparando as bases do progresso e elevação da sociedade brasileira, igualando-a às mais progressivas civilizações do mundo. Para tal intento, a educação passa a ser vista como fator essencial para inscrever o Brasil no rol das nações mais desenvolvidas do mundo capitalista. No tempo em que se punha a educação como algo premente para o progresso nacional, a escolarização brasileira ainda era privilégio das camadas sociais mais elevadas, concentrando-se nos centros urbanos.

As duas primeiras décadas do século XX assinalam o desenvolvimento e estruturação das idéias nacionalistas no Brasil. O elevado índice de analfabetismo atingira os brios da intelectualidade brasileira, que passou a reivindicar políticas públicas para solucionar o ponto nevrálgico de uma sociedade marcada pelo subdesenvolvimento. Portanto, é sintomático o fato de as primeiras manifestações nacionalistas aparecerem no campo educacional, o que corrobora a já tão propalada idéia de que o desenvolvimento socioeconômico brasileiro estaria atrelado à elevação cultural de suas populações.

O forte apelo em favor da educação contrastava-se com a estrutura sociopolítica da Primeira República. Os ideais liberais de educação redentora refletiam uma preocupação com a adequação do discurso educacional ao discurso político, o que constituía grande desafio diante de um regime político arraigado a uma estrutura de dominação oligárquica, fortemente amparado em práticas como o voto de cabresto, fraudes eleitorais e em uma rede de influências e poderes que se entrelaçavam a partir da relação Poder Central *versus* Poder local, aprofundando o modelo de administração centralizadora e elitista, consubstanciada na chamada Política dos Governadores.

A essa política oligárquica em decadência impõe-se nova concepção e compreensão de realidade sociopolítica, levada a cabo pelo movimento tenentista e que resultará no Movimento de 1930. Esse período transitório entre a República Oligárquica e a etapa denominada por alguns Democracia Populista, “encerra transformações profundas na estrutura de classe da sociedade brasileira, na configuração do Estado e no sistema econômico no Brasil”. (FORJAZ, 1988, p.5).

Neste contexto marcado por uma estrutura social e política obsoleta, diante de uma projeção que se pretendia de nação desenvolvida, as atenções se voltarão para a educação rural, haja vista o intenso movimento migratório interno dos anos 1910/1920, momento em que grande parte da população rural abandona o campo em busca das cidades, onde o processo de industrialização iniciava-se de modo mais ampliado. Para Nagle (2001), neste cenário histórico, o fenômeno do ruralismo penetrou os modos de pensamento sobre a escolarização, embora não tenha sido tão intenso nos padrões de funcionamento da escola brasileira. Ressalta, ainda, o referido autor, que, da mesma forma que na corrente nacionalista se encontram determinadas orientações ruralistas, muitas vezes o fenômeno de ruralização do ensino esteve fundamentado em orientações nacionalistas. De acordo com suas palavras;

Isso ocorreu porque o nacionalismo representou um esforço de exaltação da terra e da gente brasileira, mas de maneira que à palavra “terra” correspondesse, quase que exclusivamente, por um processo de reinterpretação, um conteúdo de natureza fisiocrática. Nesse sentido, “terra” se traduziu por “produtos da terra” e, por meio disso, “terra” e “agricultura” tornaram-se termos sinônimos. É por esse caminho que a ruralização do ensino significou, na década de 1920, a colaboração da escola, na tarefa de formar a mentalidade de acordo com as características da

ideologia do Brasil-país-essencialmente-agrícola”, o que importava, também, em operar como instrumento de fixação do homem no campo. (NAGLE,2001, p.302).

Assim, o *ruralismo pedagógico*, que pretendia fixar o homem no campo, idéia em destaque nos anos 1920, voltará a ter importância na década de 30, já que o movimento “revolucionário” de 1930 – fortemente centrado na visão liberal- trouxera à sociedade brasileira uma nova forma interpretativa do processo produtivo e econômico, o que se refletia na ênfase da escolarização urbana, que assumiria a sua função de suporte para a industrialização. Até esse período, o processo escolar rural permaneceu inalterado, apenas reforçando a percepção distorcida da contradição cidade-campo como algo “natural” (cf. MAIA, apud LEITE, 1999).

Maria Julieta Costa Calazans, analisando a história da escola pública no meio rural, acentua que, embora a trajetória da formação escolar brasileira apresentasse eventos dispersos que já denotassem intenções de dotar as populações rurais de escola desde o século XIX, é notório que, “só a partir de 1930 ocorreram programas de escolarização consideradas relevantes para as populações do campo”, (1993, p.17). É possível concordar com a afirmação da renomada especialista em educação do campo, porém é deveras importante acrescentar que as duas primeiras décadas do século XX representam o momento de efervescência de idéias, projetos e reformas educacionais que tentavam ajustar a sociedade às novas demandas econômicas e sociais, que se impunham como necessárias mudanças ante um mundo em constante transformação. Portanto, concordando com Jorge Nagle (2001, p.304), vemos que

...a ruralização do ensino, na década de 1920, constitui mais uma ideologia em desenvolvimento. Isso quer dizer que vai progressivamente se estruturando como um corpo de idéias por meio dos quais são encobertos determinados interesses, mas de maneira que, nesse decênio, os resultados práticos ainda não se manifestaram inteiramente, no sentido de fornecerem uma conformação especial às instituições escolares.

Em tal perspectiva, a década de 1920 constituiu o período de construção de alicerces para a efetivação de um sistema educacional brasileiro, que até então só existira de forma fragmentária e desvinculado das necessidades e da identidade do povo brasileiro. Neste período marcado pelo *otimismo*

pedagógico, preparam-se as bases de programas educacionais que passam a contemplar as camadas populacionais rurais, haja vista a idéia do Brasil como um país potencialmente agrícola. Assim, conforme Maria de Lourdes P. Brandão (1997), a educação rural passou a ser assumida e articulada pelos intelectuais da educação, sendo ponto em discussão da III Conferência Nacional de Educação, em 1929, ganhando espaço e apoio do governo. Em um contexto marcado pelas idéias modernistas, nacionalistas e cientificistas, o ensino primário e a garantia do acesso à escola são apontados como solução para os problemas nacionais,

...consequentemente, neste clima de euforia, a escolarização no campo passou a ser concebida como “salvadora da pátria”. O espaço vivido incorporava os desencontros de uma nação em fase de desenvolvimento, onde se imprimia um estilo de vida ruralista cujo interesse básico centrava-se no comércio do café e na manutenção do poder. Demarcam-se as “ligas contra o analfabetismo” como instrumento político eleitoral, movimento este atropelado pelo otimismo pedagógico, típico dos anos 20, e do apogeu da 2ª República; um ideário escolanovista que centrava suas preocupações na organização interna das escolas e no redirecionamento dos padrões didático-pedagógicos. (BRANDÃO, 1997, p. 44).

Por conseguinte, o ruralismo pedagógico, idéia em ebulição desde os anos de 1920, encontrará terreno fértil para a proliferação de seu ideário no período pós-movimento de 1930, haja vista a expansão do ensino brasileiro, motivado por uma fase mais consolidada do desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira. Em tal cenário há de se perceber a ameaça que se fazia presente quanto ao aumento do fluxo migratório campo-cidade, ocasionando graves problemas de ordem econômica e social, com os quais deveria o Estado arcar:

A partir de 1930 acentua-se no Brasil o processo de industrialização, ocasionando uma aceleração do crescimento urbano. Centros urbanos de médio e grande porte, começam a se formar refletindo o início do processo de migração do campo para a cidade. No entanto, ainda em 1930, 2/3 da população situavam-se no setor rural. A diferenciação dos padrões da vida rural e urbano começa a se acentuar. Este desajuste refletia-se já, nos índices de alfabetização e consumo apresentados pela população

rural. Essas populações urbanas já contavam com algumas medidas protetoras da legislação social e trabalhista e do amparo à saúde. De forma inversa, as populações rurais continuavam desprovidas de necessárias possibilidades de ensino escolar. Era uma população analfabeta, subalimentada, exposta a graves endemias e com um nível mínimo de renda, sem qualquer amparo da política social. (WERTHEIN et BORDENAVE, 1981, p.178).

Eram já evidentes as marcas dessas mudanças, que se refletiam principalmente em problemáticas relacionadas à redução da produtividade agrícola em decorrência do êxodo rural. A corrida para a cidade acarretava graves questões, como desemprego, deficiências sanitárias, surgimento de favelas, dentre outras. Esse novo cenário despertaria natural preocupação nos dirigentes políticos quanto à definição de programas educacionais que atingissem o meio rural. Alguns pontos deveriam ser delineados para nortear programas educacionais rurais, com o objetivo de superar os problemas advindos da realidade que se configurava no Brasil de então. Segundo Calazans, Castro e Silva(Apud WERTHEIN e BORDENAVE, 1981), três pontos pelos quais deveriam se pautar os programas educacionais para o meio rural, sanando as problemáticas há pouco citadas , seriam, para a classe política, os seguintes:

- A) elevação dos padrões da população rural[...] através da mecanização dos processos agrícolas como forma de superar a escassez da mão-de-obra, uso de fertilizantes, corretivos e inseticidas(política de conservação do solo), emprego de métodos modernos de cultura(rotação e diversificação) e, organização da colonização rural em grande escala...;
- B) organização de um sistema adequado de amparo social, sobretudo de assistência médico-social, preventiva e curativa, elevando os padrões higiênico-físicos das populações;
- C) elevação substancial e imediata dos deficientes padrões culturais relevados pela alta taxa de analfabetismo, carência de prédios escolares, distribuição da rede de ensino, falta de professores, etc. (Op. cit, p. 179).

Dessa forma, os programas educacionais surgidos naquele período tinham por meta a solução dos problemas que se acumulavam em decorrência do cada vez mais acelerado fenômeno do urbanismo, fruto da substituição do

sistema agrário-comercial para o urbano-industrial. A educação seria criada e mantida para atender a essas novas demandas. É nesta perspectiva que os três pontos acima citados, pensados e apresentados com a tarefa de nortear a educação rural, assumem importância capital, já que davam conta das três dimensões do problema, quais sejam: “*técnica (relativa às condições objetivas da agricultura), humana (relativa às condições físicas daquelas populações) e culturais (relativa às deficiências culturais e educacionais daquelas populações)*” (CALAZANS et al, op.cit, p. 179).

Os processos educacionais haveriam de responder aos reclamos do Estado Nação emergente, não apenas nos setores econômico e social, mas também em sua configuração ideológica. Para esse mister, as idéias nacionalistas passam a imprimir suas marcas no delineamento da política educacional. E, dessa forma, o ruralismo pedagógico dos anos 30 assume feição extremamente nacionalista, associada a uma visão reformista e modernizadora de educação. O ideário nacionalista caminhava lado a lado com as idéias escolanovistas. O arcabouço teórico da Escola Nova fornece, pois, as bases sobre as quais se apóiam as concepções, projetos e práticas pedagógicas surgidas na década de 1930 e multiplicadas nas duas décadas seguintes.

Na compreensão de Julieta Calazans, houve uma multiplicidade de projetos e programas na área da educação rural no Brasil, nas décadas de 40 e 50 do século XX. Nos anos 40, “*surgiram programas de destaque, tanto sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura como do Ministério da Educação e Saúde* (1993, p.21). Reforçando a amplitude de ações voltadas para o meio rural nessa década, explica a autora:

A “educação rural” sob o patrocínio de programas norte-americanos tomou um grande impulso a partir do funcionamento da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). “O progresso na nossa agricultura depende, em grande parte, da educação do homem do campo(...) Uma obra de educação rural não pode, portanto, ficar “adstrita” ao ensino técnico nas poucas escolas destinadas ao preparo profissional dos trabalhadores da agricultura(...) (IDEM, p. 21)¹.

¹ Na citação extraída de CALAZANS, sobre o trecho colocado entre aspas pela autora, entenda-se como idéias expressas no documento de criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais- CBAR, em virtude do acordo firmado entre os governos do Brasil (Ministério da Agricultura) e dos Estados Unidos da América do Norte.

Por conseguinte, a política educacional brasileira, a partir da década de 1930, caracteriza-se pela efervescência de idéias, tratados e teses que trazem a marca da filosofia da Escola Nova. Imbuídos do espírito escolanovista, educadores, intelectuais e dirigentes políticos traçam as metas e as

condições concretas para a criação de uma escola “ *que impregnasse o espírito do brasileiro, antes mesmo de lhe dar a técnica do trabalho racional no amanhã dos campos, de alto e profundo sentimento ruralista, capaz de lhe nortear a ação para a conquista da terra dadivosa e de seus tesouros*” (SOUSA, 1942, apud Calazans, 1993, P. 26).²

O ano de 1934 foi deveras significativo para a concretização do projeto de escola rural que há algum tempo se formulava e se propagava como modelo ideal. Além da nova Constituição brasileira efusivamente festejada na imprensa nacional por consolidar o novo modelo político, dois eventos educacionais de grande porte ocorreram no mesmo período e tinham por principal foco a educação rural, ou seja, a preocupação com a ruralização do ensino como forma de garantir o progresso nacional. Tais eventos foram o 6º Congresso Nacional de Educação, sediado na cidade de Fortaleza-Ceará, em fevereiro de 1934, e o Primeiro Congresso Brasileiro do Ensino Regional, ocorrido em Salvador-Bahia, no mês de novembro do mesmo ano. Quanto ao Primeiro Congresso Brasileiro do Ensino Regional, nada mais sugestivo do que a escolha da Cidade de Salvador para sediá-lo, pois, de acordo com Joaquim Alves, representante do Ceará no certame:

... cidade das mais importante do Brasil, por seu progresso e cultura [...]. A velha capital dos estudantes conserva, em seus monumentos seculares, a história viva da nacionalidade de que foi berço. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, escolhendo-a para a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Regional, reuniu, no coração do Brasil, Brasileiros do Sul, do Centro e do Norte”. (O Povo, 14 de dezembro de 1934, p. 3).

A finalidade desse Congresso foi em estabelecer diretrizes gerais que pudessem ser seguidas pelos governos da União e dos Estados, “ *estudando, em seus princípios fundamentais, o problema da ruralização do ensino, por ser o que mais de perto interessa a vida nacional*”. (IDEM, p. 3). A conclusão geral do importante conclave, conforme o que noticiou o jornal O Povo de 04 de dezembro de 1934, *representou o ponto de partida para políticas mais efetivas no setor da educação rural*. Assim, as discussões que emergiram dos dois importantes congressos apenas colaboravam ou refletiam a nova realidade sociopolítica que se anunciava com a promulgação da Constituição de 1934 e a exigência que dela emanava quanto à urgência de se elaborar o Plano Nacional de Educação.

² Calazans cita tese escrita pelo educador cearense, Moreira de Sousa, nos Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, ocorrido em 1942.

A ideologia do ruralismo pedagógico passa a se firmar em um novo contexto da vida nacional. Os anos de 1930 propiciarão a que se definam novos rumos à educação brasileira. A instrução é vista desde então como instrumento eficaz para a “elevação espiritual” popular no estabelecimento do caráter e unidade nacionais. Assim, nacionalismo e ruralismo se mesclarão na premência de justificarem o fortalecimento de um Estado-Nação que acabara de se inaugurar. No novo momento da vida política brasileira, Alberto Torres e Sud Mennucci legarão suas contribuições para a teorização dos lastros que sustentariam a grandiosidade de um País na busca de seu desenvolvimento e de sua unidade nacional.

Nacionalismo e ruralismo: a cristalização do ideário de reconstrução nacional

O nacionalismo, que marcara as duas primeiras décadas do século XX, caracterizava-se por um sentimento de inferioridade da Nação brasileira em relação aos grandes Estados mundiais. O desenvolvimento do Brasil se fazia emergente e a sua inserção na Modernidade do mundo o situa no palco de movimentos artístico-culturais, como a Semana de Arte Moderna, em 1922; em movimentos que impunham a bandeira da Educação Nova como alternativa para a definição dos rumos da educação e efetivação de um plano nacional de Educação e, no plano político-institucional, a constituição de uma sociedade política estável e calcada em forte sentimento de nacionalidade. Neste projeto ideológico, **Alberto Torres**³ foi um intelectual que se destacou no mister de imprimir uma identidade nacional para a sociedade brasileira. Sua teoria política é decisivamente de feição autoritária, mas que vislumbra de forma otimista o futuro do Estado brasileiro.

Na Introdução de sua obra *O Problema Nacional Brasileiro*, em 1914, Alberto Torres expressa sua preocupação com os destinos da economia de nosso País, já que em sua óptica toda a circulação econômica nele existente “*é obra, assim, de uma federação de feitorias, que, desde as vendas do interior até às casas de importação e de exportação, as estradas de ferro, as fábricas, o comércio intermediário e os bancos - em mãos, quase totalmente, de estrangeiros*” não fazem senão remeter para o Exterior a quase totalidade dos frutos do solo brasileiro. Tal realidade, para esse estudioso, acarretava perdas imensas para a terra, além de provocar o abatimento e desmoralização do seu povo e, com esse sentimento, apresenta de forma enfática a importância do conhecimento da realidade em que se encontrava a Nação brasileira, objeto de seu estudo sobre as mazelas nacionais:

³ Sociólogo fluminense, com grande atuação política e intelectual nas duas primeiras décadas do Século XX. Participou da campanha abolicionista e do movimento republicano, também exercendo a presidência do Estado do Rio de Janeiro. Foi o ideólogo do nacionalismo. Sua formação tem por base teórica o Positivismo, expressão do século XIX.” Uma de suas matrizes é a obra de Spencer”, mas nunca se filiou a nenhum autor ou nenhuma escola. De Spencer adotou a linha nacionalista, de Bérghson bebeu de seu intuicionismo. Dentre suas obras destacam-se: *Vers la paix* (1909), *Lê problême mondial* (1913), *O Problema nacional brasileiro e A Organização nacional* (1914). Ver o que escreve Francisco Iglésias, no Prefácio à Terceira Edição de *O Problema Nacional brasileiro*. Coleção Temas Brasileiros, Brasília: UnB, 1982.

Sínteses do estudo sincero das nossas coisas, estas verdades devem servir de base a toda ação patriótica, fundada na única forma legítima do otimismo: o otimismo firmado na confiança e na esperança, que começa por apurar a verdade, para cumprir o dever de agir; não se contentando com se forrar, alimentando e propagando ilusões, da obrigação de advertir, de emendar, de melhorar.

Assim, esgotada a terra, deixamos, também, de formar nação. Abandonando a terra, e não cuidando da nação, abandonamos a Pátria, porque a Pátria é a terra, como habitat, mas principalmente, para o sentimento e para a razão, a nação, isto é, a gente. Fora disto, a palavra “Pátria” não exprime senão uma imagem supersticiosa __ como as de qualquer culto fetichista __ ou uma falsidade convencional. (TORRES, 1982, p.17)

Apesar de todo esse arcabouço ideológico a imprimir a história do Brasil nos primeiros anos do século XX, principalmente nos anos 1920, a sua estruturação se dará de forma mais efetiva nos anos de 1930. Inclusive é nesse período que a obra de Alberto Torres encontrará maior ressonância. É incontestável a presença do pensamento desse intelectual na ideologia do tenentismo, porém, não só o tenentismo bebeu na fonte de Alberto Torres, pois ele é quase unanimemente considerado como o principal inspirador do pensamento autoritário brasileiro das décadas de 1920 e 1930:

Diferentes correntes político-ideológicas atuantes na conjuntura posterior a 30 (e até antagônicas) invocam a paternidade de Alberto Torres: integralistas, católicos e a grande maioria de intelectuais da época, entre os quais Oliveira Viana (FORJAZ, 1988, p. 53).

Alberto Torres foi, portanto, a grande fonte de inspiração dos tenentes e intelectuais que com ele compartilhavam da preocupação com a organização e a unidade nacionais, dada a amplitude e diversidade do Brasil, bem como de seu caráter de “Nação nova”, haja vista que “o problema da unidade nacional apresenta-se como a questão culminante do nosso futuro”. (cf. FORJAZ, p.53). O pensamento de Alberto Torres tinha por característica marcante a presença simultânea do nacionalismo e do ruralismo. Enquadrando-se em uma visão fisiocrática de economia, via na produção agrícola a essência da economia nacional. Conforme o seu pensamento, a agricultura era a

atividade por excelência. Considerava-a uma atividade prioritária em relação às demais, vistas como atividades econômicas secundárias. Ao comparar a evolução social e econômica de um país a um ciclo biológico, afirmara que o desenvolvimento histórico do Brasil ocorreu como um processo anormal de crescimento. Conforme suas próprias palavras,

Nas velhas nacionalidades de fundação normal e de lenta evolução gradativa, o regime conservador da economia, operando permutas quase todas internas, manteve dentro dos territórios o valor dos frutos extraídos da terra, transformando-se em indústrias supletórias de novas riquezas e valorizando as riquezas consolidadas. (TORRES, 1933 In FORJAZ, 1988, p. 54).

Alberto Torres faz severas críticas à estrutura política do Brasil em sua primeira fase republicana. A crítica do autor é fruto das desilusões por ele vivenciadas no cotidiano de suas atividades políticas. Para Sousa (2005, p. 303), “Torres passou da prática à teoria, escrevendo sua obra após ter exercido diversos cargos públicos”. Assumindo uma postura antiliberal, só enxergava solução para a vida nacional no cerne da esfera política. O papel do Estado é fundamental para assegurar a justiça social, suprimindo as imperfeições do modelo de concorrência espontânea. Caberia ao Estado formar o povo, “ formar o homem nacional é o primeiro dever do Estado Moderno”. (TORRES, In SOUSA, op. cit, p. 323).

Dessa forma, dedica-se Torres ao estudo da identidade nacional para explicar a realidade brasileira. Apesar de ser muito criticado pela formulação de um pensamento político autoritário, muitos intelectuais o seguiram e se apoiaram em suas idéias, principalmente no que diz respeito ao nacionalismo e à preocupação com a “organização nacional”, ou seja, “pela ênfase na necessidade de integrar e assimilar: integração geográfica pela expansão das vias de comunicação e pelo povoamento dos espaços vazios. Integração étnica através da educação e elevação espiritual”. (LUZ, 1969, Apud SOUSA, 2005, p. 308).

Torres parte do estudo da identidade nacional para explicar a realidade brasileira. Adotou uma “concepção psicológica da sociedade, segundo a qual os nossos males poderiam ser erradicados mediante a transformação do caráter nacional” (cf. RAMOS, Apud SOUZA, 2005, p. 308). Sua idéia era a de que a organização do País deveria ser outorgada de cima para baixo. Acentua categoricamente que no Brasil identidade nacional e cultura genuinamente

brasileira são coisas ainda inexistentes. A nacionalidade brasileira é algo ainda por fazer e torna-se algo de grande urgência e vital, já que:

O nacionalismo se não é uma aspiração, nem um programa, para povos formados, se, de fato, exprime em alguns uma exacerbação do patriotismo, é de necessidade elementar para um povo jovem, que jamais chegará à idade da vida dinâmica, sem fazer-se “nação”, isto é, sem formar a base estável, o arcabouço anatômico, o corpo estrutural da sociedade política. (TORRES, 1982, p. 43).

Assim, o caráter nacional nasceria do reconhecimento da ignorância sobre o Brasil, da superação da inconsciência mental que sempre foi alimentada pelas elites brasileiras. Caberia aos intelectuais a importante tarefa de elaborar o conhecimento responsável pela criação da unidade nacional. A regeneração do povo brasileiro é delegada, pois, a uma elite intelectual e de políticos comprometidos com o projeto de organização nacional. Neste aspecto, é marcante a sua identificação com o Brasil rural, ou seja, em sua visão, a brasilidade está latente naquele meio. Formula, pois, a idéia de dualidade entre país legal e país real. O dualismo entre sociedade urbana e rural é associado à existência de um país legal que seria o “país urbano”, “sibarita” e cosmopolita, enquanto o país rural é o meio rural, onde jaz o cerne da brasilidade”. (cf. SOUZA, op. cit, p. 308).

O pensamento de Alberto Torres foi a grande fonte de inspiração dos intelectuais e ideólogos do Estado Novo e do Integralismo no Brasil dos anos de 1930 e 1940. Oliveira Viana, um dos principais intelectuais a defender e justificar a presença de um Estado centralizado no Brasil, assinala que é possível condensar, numa fórmula sintética, o pensamento revisionista de Alberto Torres:

-§ O povo brasileiro, por motivos peculiares à sua formação e evolução, não tem, como aliás não têm muitos outros povos, capacidade de direção política;

-§ Mas, o Brasil precisa realizar desde já, por uma série de razões poderosas e urgentes, uma alta política de caráter profundamente orgânico e nacional. Esta política, porém, só pode ser feita por iniciativa do Estado:

-§ Logo, tudo depende de uma reforma constitucional que organize o Estado num sentido que o capacite para este fim superior e necessário”. (VIANA, 1947, p.62).

Imbuído do ideário corajosamente exposto por Torres que, para ele, “se mostra absolutamente despido de qualquer respeito pelos bordões clássicos do nosso direito público, pois não é ele dos que entoam antifonas no coro pregoeiro da Democracia” (idem, p.64), afirma, ainda, Viana, que suas “*nobres, altas, poderosas idéias*”, devem ser absorvidas pelas novas gerações, pois,

Das páginas de seus grandes livros, em que elas se condensam, tão profundamente impregnados das virtudes singelas da nossa raça e das fragâncias do nosso solo, ressuma uma consoladora confiança em nós mesmos, nos nossos destinos, na nossa reabilitação, na melhoria e triunfo final do nosso povo.

Nestas idéias e nestas páginas, deve embeber-se a nossa geração atual, cética, frívola, incrédula, despreocupada, leviana. Na sua eloqüência, na sua serenidade, na sua tranqüila beleza, o que elas dizem, como sendo a expressão do nosso dever para com o futuro, __ a nós, os da agora, __ é que, na interpretação que buscarmos às nossas instituições, na solução que procurarmos aos nossos problemas, o que é principal, o que é imprescindível, o que é necessário fazer, antes de tudo, é __ não esquecer o Brasil. (VIANA, op. Cit, p. 272).

Seguindo, também, o legado de Alberto Torres, o educador paulista **Sud Mennucci**⁴ colocará em destaque idéias sobre o estabelecimento de um projeto escolar para o Brasil, somando seus esforços aos intelectuais que nos anos de 1930 conduziram os rumos do ruralismo pedagógico no País. Ao elaborar seu entendimento de educação, Mennucci parte da premissa de que o Brasil passava por grande crise no setor educacional. Relaciona a crise da educação com as descobertas científicas e a ascensão da indústria que àquele tempo começara a chegar ao Brasil, ocasionando a modificação do regime de trabalho.

Em sua obra *Crise Brasileira de Educação*, escrita em 1930, Sud Mennucci acentua que o projeto educacional brasileiro tinha por foco ou principal preocupação a vida urbana, desconsiderando a “vocação agrícola brasileira”. Esse fato era responsável pela desarmonia entre a escola e o organismo social do País. Ressalta, ainda, que tal crise está associada à “herança escravista de antipatia pelo trabalho”, tornando-se imprescindível a reabilitação do conceito de trabalho, principalmente o trabalho do campo, de tal forma a enobrecê-lo, o que se daria através da educação. (Cf. MATOS, 2004, p.105).

⁴ Educador Paulista de Piracicaba (1892-1948). Assumiu vários cargos públicos, dentre eles o de Diretor do Ensino no Estado de São Paulo (de 1931-1932; de 1933-1934 e em 1943). Um de seus ídolos era Alberto Torres. Considerado o “pai do ruralismo pedagógico” do Brasil, escreveu várias obras, sendo a mais importante, *A Crise Brasileira da Educação*, de 1930. Como não foi possível o acesso às suas obras, fundamentei minha análise na dissertação de Mestrado de Isabel Cristina R. Matos, com o título *A Concepção de Educação em Sud Mennucci*. UNICAMP, 2004. Segundo essa autora as obras de Mennucci estão espalhadas, tendo sido necessária uma pesquisa para encontrá-las. Conseguiu seu intento principalmente no acervo particular de seu sobrinho neto, Rolph Mennucci; outras foram encontradas no Instituto de Estudos Educacionais Sud Mennucci, mantido pelo Centro do Professorado Paulista, no qual foi este educador presidente por 17 anos; outras obras foram localizadas na Biblioteca do Instituto de Estudos de Linguagem e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Tive acesso aos artigos de Rolph Mennucci via site , além de comentários de escritores cearenses sobre o referido educador e de discurso

Assim, Mennucci alertava para os problemas acarretados pela ausência de uma educação rural e profissionalizante. Na sua visão, o ensino até então existente era inadequado à realidade brasileira. O Brasil haveria de criar a própria estrutura escolar, desvinculando-se dos modelos estrangeiros.

Eu (Sud) não estou convencido de que as lentes da escola ativa, pelo menos como a apresentada entre nós, sirvam ao caso clínico nacional. Tenho, pois, que procurar a solução em outra parte. E a solução só pode vir, no meu entender, da elaboração de uma escola brasileira. (MENNUNCCI, 1930b, Apud MATOS, op cit., p.48).

Para esse educador, a escola existente no Brasil não era integralmente nacional, pois não respeitava as diferenças regionais presentes na imensidão que era o Brasil. A escola nacional deveria levar o brasileiro a se tornar o homem adaptado ao meio em que vivia, fornecendo-lhe uma mudança de mentalidade capaz de fazê-lo sentir e acreditar em sua força criadora, na busca crescente da melhoria de vida.

Percebendo a crescente onda migratória do campo para cidade, analisara que o êxodo do campo “*prendia-se a vários fatores, sendo que o principal seria a dificuldade de obtenção da posse da terra, vinculada com o trabalho escravo e a idéia de escravidão*”. (MATOS, Op. Cit, p.49). Desse modo, defendia o autor o fim do sistema latifundiário no Brasil, propondo a repartição do país em pequenos lotes, “*o modelo mais convincente, porque insufla no agricultor o apego pelo torrão que lhe dá sustento, e, por contragolpe, fixa a estabilidade da vida nacional* (Idem, p 49). O projeto minifundiário, entretanto, proposto pelo educador ruralista deveria ocorrer sem conflitos, haja vista “*a multiplicação das oportunidades de aquisição da terra ser algo que deveria partir de iniciativas governamentais, individuais e corporações, tarefa que deveria ser encampada por todos de forma “pacífica” e espontânea*”. (ID, IDEM, p. 49).

Portanto, na entrada da década de 1930, em um país que se anunciava novo, era imperioso se criar uma consciência agrícola contra o sentido urbano dominante. Esta conscientização deveria ocorrer pelo preparo do meio físico e pela tarefa educativa das escolas primárias rurais. Como realizar tão importante tarefa, se o professor enviado à escola rural era “neófito”, inexperiente, imbuído de preconceito urbanista? *Faltava ao mestre primário a consciência da necessidade vital que há em manter o brasileiro no meio rural para produzir e exportar. “País que não exporta, é país que não existe”*. (MENNUNCCI, Apud MATOS, op. cit, p.50).

por ele proferido para a primeira turma de professoras rurais de Juazeiro do Norte, 1937. Acessei o site de Rofph Mennucci Giesbrecht-[www. Estacoesferrovias.com.br](http://www.Estacoesferrovias.com.br)

A concepção educativa de Sud Mennucci é materializada no projeto que idealizara referente à criação de uma escola de formação de professores para o meio rural. O Ceará concretiza esse ideal com a fundação da primeira Escola Normal Rural do Brasil, em 1934. Juazeiro do Norte parte na dianteira no esforço que se empreendia no sentido de levar a “luz” do conhecimento para as terras secas dos campos cearenses, sequiosas não só da água necessária ao alimento do solo, mas também de opções viáveis para o seu desenvolvimento econômico e cultural, tirando do atraso e da ignorância as populações camponesas.

Luzes da instrução para um *Brasil sêcco*⁵: Educação rural no Ceará em idos de 1930

Apesar dos avanços e inovações no setor educacional de então, é notória a precariedade da educação cearense em finais dos anos de 1920 e início da década de 1930, *principalmente* na zona rural do Estado. Tal situação é amplamente divulgada nos jornais desse período, ganhando maiores contornos em decorrência do 6º Congresso Nacional de Educação, ocorrido em Fortaleza no ano de 1934.

Portanto, os efeitos da tão propagada reforma educacional de 1922⁶ não atingiu os sertões e regiões litorâneas e serranas do Ceará. Tal asserção é constatada em denúncias e desabafo presentes em artigos que estamparam as páginas do jornal *O Povo*, nos primeiros meses de 1934. Em conferência proferida no citado Congresso Nacional de Educação, Beni de Carvalho ressalta a necessidade de interiorizar a escola, expressando-se de forma incisiva:

A ação educadora nacional não deverá, por isso, limitar-se, tão só, aos grandes centros, ou atuar, unicamente, na orilha atlântica. É necessário que ela, como epidemia sagrada, contamine os sertões, que invada nossas selvas, não já – em bandeiras, buscando esmeralda e prata – como aquele alucinado Fernão Pais Leme, mas com a escola rural, procurando formar, tentando descobrir o homem novo do Brasil. (O POVO, 03/02/1934, ps.1-2).

A precária estrutura educacional na zona rural do Ceará foi, de modo mais exaltado, apresentada por Lúcio Várzea, em artigo publicado em 27 de fevereiro de 1934, no jornal *O Povo*, onde se posiciona nos seguintes termos:

Na capital, professores de primeira ordem, aulas em edifícios apropriados, assistência médica, Congressos nacionais de educação – e todos os benefícios que derivam

⁵ O termo aqui mencionado tem por inspiração a obra didática de Newton Craveiro (1925), *João Pergunta ou Brasil Sêcco - Livro de Leitura para as crianças do Nordeste*, publicação subvencionada pelo Governo do Ceará, na administração Justiniano de Serpa e que foi adotada oficialmente nas escolas públicas primárias do Ceará.

⁶ A Reforma Educacional de 1922 foi sacramentada pela historiografia educacional cearense como Reforma Lourenço Filho. Fazendo coro com Moreira de Sousa, outros historiadores analisaram a dita reforma a partir desse viés personalista. Por outro lado, a mesma teve significativa repercussão, pois representou, de acordo com o que Carlos Moharcha afirma “um marco histórico na trajetória da educação brasileira, sendo considerada uma das primeiras manifestações do movimento da Escola Nova no Brasil”. (In LOURENÇO FILHO, 2002, p. 12).

do Decreto nº 473 de Fevereiro de 1932. Para as Vilas do interior, nada dos tais congressos, nem do referido Decreto. (p.1).

Domingos Braga Barroso, em matéria intitulada *O Nordeste Brasileiro e o Congresso Nacional de Educação*, escrita em 29 de dezembro de 1933, apresenta a sua satisfação antecipada sobre a importância de o 6º Congresso Nacional de Educação a se realizar no Ceará. Cita a “bôa vontade” do Diretor da Instrução Pública⁷ “manifestada á causa do ensino” e continua afirmando:

De sincera vontade houvemos as intenções que animam os nossos homens da Instrução, promovendo o Congresso na região em que vai ser realizado: Nordeste Brasileiro(Ceará)” [...] No entanto, segundo informações de fonte segura, pouco dos nossos especialistas em questões educacionais participarão com estudos e sugestões[...] Evidentemente, ninguém de bom senso há de aplaudir a próxima Conferência de Educação a se realizar entre nós, se ela não focalizar problemas nossos do Nordeste, do Ceará. (O POVO, 1933, p.2).

Em considerações anteriores, Barroso afirmara que “o Ceará exige dos ilustres congressistas um aproveitamento impecável do tempo” e faz um apelo para que o Congresso não repita experiências anteriores que, segundo os mais pessimistas, “não passam das teorias, provas de saber, que os congressistas revelam nas suas teses”. Portanto, solicita com veemência: “Resistamos martirizando a nossa vaidade, a retórica oca, as discussões enfatuadas para ver se o Congresso merece a atenção e o aplauso do povo a quem ele é obrigado a servir”. (O POVO, 22 de dezembro de 1933, p 3).

Fica evidente a grande expectativa em torno desse Congresso Nacional de Educação a se realizar nas terras alencarinas, reflexo do anseio em se vislumbrar novos rumos à educação cearense e nordestina, que clamava por soluções imediatas para problemáticas antigas e que até então não dispensara atenção e ações mais concretas.

O mesmo jornal O Povo de 16 de novembro do ano de 1933, publicou, na íntegra, telegrama enviado pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires, ao Interventor Federal do Ceará, congratulando-se com todos os governos regionais da República pela realização do levantamento das estatísticas nacionais do ensino relativas ao ano de 1932, conforme plano fixado no convênio inter-administrativo de 1931.

⁷ Referência ao educador Joaquim Moreira de Sousa, Diretor da Instrução Pública do Ceará no interstício 1933-1936.

Dessa forma, a imprensa, atenta às novidades educacionais do momento, estampava em suas páginas os acontecimentos que visavam a implementação do Plano Nacional de Educação. O Ceará, partilhando da comoção que envolvia a Nação brasileira, buscava caminhos para amenizar a precária situação da educação de seu povo.

Em relatório apresentado ao Presidente da República, o capitão Roberto Carneiro de Mendonça, Interventor Federal, apresenta detalhadas informações sobre suas ações e empreendimentos no setor da Instrução Pública cearense, no interstício de 1931 a 1934. Em suas palavras iniciais afirmava:

Dentre as questões de mais importância para a minha administração, destaca-se a instrução Pública do Estado, que ora atravessa uma fase intensa de trabalhos e progresso constante, a começar pela adaptação dos métodos de ensino às modernas tendências pedagógicas, ou melhor, aos princípios da escola ativa pregados por Fernando de Azevedo, em sua magistral e consagrada reforma escolar; os quaes criaram uma “consciência educacional”, infundindo no professorado um espírito novo, claro e definido. (MENDONÇA,1936, p. 67).

A escrita do referido relatório traduz em sua letra o ideal educativo da filosofia escolanovista, ficando em evidência a propagação da modernização a se impor como marco nos novos destinos da sociedade cearense. Neste sentido,

...a educação nova é, de fato, e deve ser uma iniciação na vida econômica e social, e, pelo trabalho educativo, uma iniciação no trabalho profissional e nas atividades produtoras. Ella tem, e deve despertar e desenvolver o sentido da vida econômica, o culto do trabalho, da machina e da Sciencia. (IDEM, p. 67).

Apoiando-se nos pilares da filosofia da Escola Nova, o Ceará, sob a administração da Interventoria Federal, traduzia em suas iniciativas educacionais e culturais o espírito ou a ideologia do nacional-desenvolvimentismo proposto pela “Nova República”. O pragmatismo sobrepunha-se às formulações mais elaboradas de letramento e de educação escolar, para as classes desfavorecidas. Essas classes deveriam ser favorecidas com a alfabetização, cabendo ao Estado preparar homens para o trabalho e não encaminhá-los unicamente para a carreira das letras, “ a qual muitos por inaptidão ou aversão não podem atingir” (ID, IDEM, p. 68).

Por conseguinte, a campanha para efetivar a Educação Nova no Ceará passa a ter ressonância nos programas e políticas oficiais no adentrar dos anos 30, conferindo ao Ceará destaque em projetos com o fito de elevar os níveis educacionais das populações campestres. Fazia-se urgente, portanto, a interiorização das “luzes” da instrução, por meio de uma escola primária que se direcionasse para as peculiaridades da vida rural. Percebendo a ruralização da escola como um projeto inadiável, Moreira de Sousa foi deveras contundente ao anunciar suas intenções à frente da Diretoria da Instrução Pública:

A Diretoria da Instrução, reagindo contra velha prática, porque a escola nos sertões era apenas um aprendizado precário de leitura e escrita, tem procurado, na medida de suas forças, ruralizá-la, transformando-a em “síntese da vida, onde, abreviadamente, a criança se prepara para os eventos da existência”, no meio social a que vai servir. (SOUSA, 1934, p. 69).

Pode-se perceber que está subjacente aos documentos oficiais, aos discursos da elite intelectual e artigos da imprensa local do período em foco, ou sejam, às décadas de 20 e 30 do século XX, a proposição de uma educação nos moldes idealizados pela educação nova. O precário estado da educação cearense, entretanto, que ainda não conseguia ampliar seu espaço mais significativamente e de tal forma atender a uma demanda reprimida, que nem ao menos tivera acesso ao ensino primário, era uma questão que despertava e acirrava os ânimos daqueles que viam o progresso do Ceará (e do Brasil) atrelado ao fator educacional, ou seja, do letramento ou da instrução dos “cidadãos trabalhadores”.

Em uma região essencialmente agrícola, a escola redentora haveria de chegar a todas as glebas, a todos os rincões cearenses. Bebendo dessa fonte, o ruralismo aqui presente traduzia uma idéia de educação preconceituosa, autoritária e elitista. Era a óptica dos homens que habitavam a cidade; um olhar estranhado e carregado de formulações elaboradas de fora, com o fito de “defender” e definir os rumos do sertanejo.

Assim, no Ceará de início dos anos de 1930, vozes ecoavam em defesa de uma educação renovada, de um ensino moderno, condizente com as reais necessidades do educando e que estivesse em sintonia com os novos rumos da economia e da premência do progresso regional e local. Em tal empreendimento, merecerá destaque a preocupação com a educação rural, que passa a ser questão central, ponto de pauta indispensável nas discussões e propostas de educadores cearenses daquela época. Joaquim Moreira se

Sousa avaliando as discussões que marcaram a década de 1930 e que perduraram nas décadas seguintes, apresenta a seguinte asserção:

Tem-se discutido, no Brasil, entre educadores, educacionistas, sociólogos e políticos, se convirá começar-se a educação rural das massas campesinas desde a escola primária. Mais precisamente: se será razoável, tecnicamente aconselhável, levar o menino, em idade de escola primária, além daquele ensino rudimentar da escola tradicional- ler, escrever e contar. A discussão agora amaina, parecendo encaminhar-se para a solução mais humana e patriótica do problema” (1934, p. 3).

A preocupação com o ensino rural tornar-se-á questão de fulcro no cerne das propostas da política educacional do Ceará de então. No contexto nacional, que estava a exigir a efetivação de um Plano Nacional de Educação, um projeto inusitado é pensado e gestado na “Terra da Luz”. Tal projeto concretiza a idéia de criação, no Ceará, de uma Escola Normal Rural. De acordo com escritos de Plácido Aderaldo Castelo, Joaquim Moreira de Sousa foi quem elaborou os lineamentos gerais de uma escola normal rural, cujo plano de organização tinha por meta primordial

[...] Orientar-se fortemente pelas nossas condições particulares de vida e colima fornecer professores esclarecidos quanto às necessidade das zonas rurais a que se destinam. A educação é função do meio. Visa produzir valores, não parasitas letrados como foi no passado e é, mais atenuado, no presente. (CASTELO, 1951, p. 8).

O projeto de Escola Normal Rural, idéia que se materializa na experiência pioneira do Ceará, nasce investida do espírito modernista e/ou reformista tão peculiar às propostas que visavam à plena estruturação do sistema público de ensino local. Nesta direção, tornara-se Joaquim Moreira de Sousa “*Um defensor ardoroso da difusão de escolas normais rurais como modo principal de provocar uma revolução educacional condizente com as necessidades reais da sociedade cearense*”. (CAVALCANTE, 2000, p. 207).

A ruralização do ensino, idéia efusivamente divulgada e defendida pelos intelectuais e educadores do Brasil dos anos de 1930, concretiza-se no seco solo cearense. Através do Decreto 1.218, de 10 de janeiro de 1934, é fundando a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte que, além de seu pioneirismo no

mister de formar professores para o meio rural, fornece exemplo de uma experiência exitosa, passando a ser adotada em outras cidades cearenses.

Dessa forma, o Ceará torna viável um projeto gestado pelo pensamento pedagógico e ideal de sociedade de um educador paulista, Sud Mennucci, que, no afã de suas idéias de ruralização do ensino, traduzia as preocupações sociais e econômicas de um país essencialmente agrícola em marcha para o desenvolvimento industrial.

Mennucci bebia das fontes nacionalista e integralista que contaminavam parcela significativa da intelectualidade e das autoridades políticas e religiosas do País. O Ceará não foi só pioneiro nesse projeto educacional de formação do professor rural, mas também um dos nichos de maior significação para a proliferação e prática da ideologia integralista no Brasil.

Assim, na tarefa a que se propunha os anseios nacionalistas e ruralistas, a escola é focada como o *locus* irradiador de luz, instituição cujo objetivo extrapola as fronteiras do saber científico, pois em sua missão incluía-se a formação moral e o desenvolvimento de atitudes éticas, estéticas e de civilidade, na consecução de uma sociedade glorificada pelas práticas das virtudes cristãs.

Key-words: public education, rural education, nationalism, pedagogy.

ABSTRACT: The present article analyzes the ideas, projects and politics concerning to rural education in Brazil of the 1930s, giving emphasis to the notions of nationalism and rural pedagogy as they were fundamental for the construction and definition of the way rural education was to be conducted in rural Brazil. The state of Ceará is emphasized in this theoretical reflection because it was one of the first states in Brazil to open a rural normal school in 1934. This school reflected the patriotic view that contaminated the then society and also shows the concretization of the nationalistic ideas which focused on the necessity of expanding the *light of instruction* to rural population in order to raise their cultural and spiritual awareness. The study was carried through bibliographical and documentary research.

Referências

BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto. *Os Saberes Agrário- Agrícola No Projeto Formativo Da Escola Rural* “o currículo como política cultural”. Tese de Doutorado em Educação. Fortaleza-CE: UFC, dezembro de 1997.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. *Para Compreender a Educação do Estado no Meio Rural – Traços de Uma Trajetória*. In THERRIEN, Jacques & DAMASCENO, M. Nobre (Coords). **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papyrus, 1993. (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

CALAZANS [et al]. *Questões e Contradições da Educação Rural no Brasil*, In: WERTHEIM e BORDENAVE. **Educação Rural no Terceiro Mundo**: Experiências e novas alternativas. Prefácio de Paulo Freire. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CASTELO, Plácido Aderaldo. **O ensino rural no Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1951.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. Algumas Indagações Sobre o Silêncio em Torno da 6ª Conferência Nacional de Educação. In Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação. Nº 8. Setembro de 2000, Pelotas: Editora da UFPEL, 245p.

CRAVEIRO, Newton. **João Pergunta ou Brasil Sêcco**: Leitura para as crianças do Nordeste brasileiro adotada oficialmente nas escolas primárias do Ceará. Fortaleza: Typografia Progresso, 1925.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999 - (Coleção questões da nossa época; v. 70).

LOURENÇO FILHO, Bergström. **Juazeiro do Padre Cícero**. 4ª ed. aumentada. Coleção Lourenço Filho 5. Brasília-DF: Inep/MEC, 2002.

MATOS, ISABEL Cristina Rossi. **A Concepção de Educação em Sud Mennucci**. Dissertação de Mestrado. Campinas-SP: Faculdade de Educação/ Universidade Estadual de Campinas, 2004.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SOUZA, Ricardo Luiz. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 7, nº.13 – jan/junho de 2005, p. 302 a 323.

TORRES, Aberto. **O Problema Nacional Brasileiro**: Introdução a um programa de organização nacional. Coleção Temas Brasileiros. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional/ Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIANA, Oliveira. **Problemas de Política Objetiva**. 2 edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

Fonte Hemerográfica

JORNAL O POVO: 22 de dezembro. de 1933; 29 de dezembro de 1933; 03 de fevereiro de 1934; 27 de fevereiro. de 1934.

Fonte documental

SOUSA, Joaquim Moreira de. Por uma Escola Melhor. Relatório apresentado por ocasião do 6º Congresso Nacional de Educação. Fortaleza-Ceará: Imprensa Oficial, 1934.

Decreto nº. 1218, de 10 de janeiro de 1934, fundando uma Escola Normal Rural no Estado. Diário Oficial de 1934. Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

Relatório apresentado ao Exmo SNR. Presidente da República pelo Interventor Federal, Capitão Roberto Carneiro de Mendonça- 22 de setembro de 1931- 5 de setembro de 1934. Ceará-Fortaleza: Imprensa Oficial, 1936 - Obras raras da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.